

## **O Mundo em Português N°6**

Março 2000

### **A Questão Austríaca**

Álvaro de Vasconcelos

A presença da extrema-direita, identitária, xenófoba e racista no governo austríaco é, em primeiro lugar, uma calamidade para os austríacos, prejudicial à sua própria identidade politicamente definida. Os europeus, em nome do seu projecto-comum, não poderiam alhear-se.

O problema que coloca a questão austríaca é, antes de tudo, o da definição ou redefinição da identidade dos Estados europeus e, em consequência, o da identidade da própria União Europeia. Jörg Haider é um problema grave para a Áustria e para a sua democracia, mas que coloca ainda com mais acuidade a necessidade de a União ser capaz de defender os valores comuns sobre os quais assenta a sua construção.

Tem vindo a crescer, de forma preocupante, na Europa a extrema-direita que preconiza uma definição nacionalista, cultural, identitária, excludente da Nação. São movimentos de rejeição da diversidade, do multiculturalismo crescente das sociedades europeias que têm como programa a defesa da «identidade nacional», supostamente, ameaçada pelos emigrantes das mais diversas culturas, nomeadamente quando de outras religiões. Jörg Haider é um político perigoso, exactamente porque representa essa corrente, populista e xenófoba, que faz da rejeição do outro um factor de identidade, em oposição absoluta à concepção democrática de Nação.

O desafio que se coloca às democracias europeias é o de garantir a convivência e os direitos dos diferentes grupos que as compõem. É o princípio democrático que permite que todos os cidadãos, independentemente dos seus particularismos sociais, culturais ou religiosos, tenham os mesmos direitos e sejam igualmente protegidos pela Lei. Para que assim seja, a Nação deve ser vista como o conjunto dos cidadãos - de todos os cidadãos - de um Estado e não como algo de eterno e mítico, ligado ao sangue, como pretendem os nacionalistas. A ideia de cidadania é central a todo o projecto político nacional ou supranacional.

Saber como se define a identidade - se em termos políticos se em termos culturais - é hoje um debate essencial, tanto a nível nacional como a nível europeu.

Quanto à União Europeia, trata-se de responder à pergunta: o que pode unir mais de 3000 milhões de cidadãos de numerosas e variadas culturas, falando mais de trinta línguas e professando as mais diversas religiões? A resposta tem de ser encontrada em Ortega y Gasset e na sua noção de projecto comum, projecto de futuro que vale a pena ser vivido. Isso só é possível construindo uma comunidade em que todos gozem dos mesmos direitos e em que estes estejam juridicamente protegidos. No entanto, por mais estranho que pareça, muitos dos que, no plano nacional, recusam uma definição cultural da Nação preconizam essa mesma definição para a União Europeia.

A Europa, porque é essencialmente diversa e democrática, não pode nem deve construir-se sobre bases culturais, necessariamente, redutoras. O tempo cimentou fortes identidades culturais, muitas vezes no seio do mesmo Estado. A tentativa de construir a União supondo-lhe ou calcando-lhe uma identidade cultural única seria um factor de ruptura e fragmentação e levaria ao fim do projecto europeu. Mas a tentação existe, como má resposta às dificuldades de construir uma comunidade de

cidadãos e uma democracia, verdadeiramente, federal à dimensão da União. É em nome de uma definição cultural e, por vezes, mesmo religiosa da Europa que alguns expulsam da família europeia a Albânia e a Turquia, porque maioritariamente muçulmanas, rejeitando ao mesmo tempo os milhões de cidadãos europeus de religião muçulmana que representam uma percentagem significativa da população da França e da Alemanha.

O Tratado de Amsterdão optou, claramente, pela definição da União como um projecto comum com uma identidade política democrática, supranacional e não cultural. E nisto Amsterdão representou um progresso em relação a Maastricht. Trata-se de ir construindo uma federação de Estados cuja identidade é, eminentemente, política e assente na democracia e nos direitos do homem, onde os direitos dos cidadãos europeus serão não só declarados como estarão juridicamente garantidos. A adesão da Turquia só pode ser rejeitada por referência, justamente, ao aquis comunitário, nomeadamente no domínio da democracia, dos direitos humanos e do respeito pelos direitos das minorias.

O que é necessário hoje é aprofundar a Europa política e construir uma autêntica cidadania europeia. É a resposta necessária para o mal-estar que facilita o crescimento da extrema-direita na Europa. A cidadania europeia - e nacional - não pode assentar em supostas marcas identitárias. Define-se uma base política que a todos garante os mesmos direitos.